

----- **SESSÃO ORDINÁRIA NÚMERO CINCO.**-----

----- **ATA NÚMERO SETE.**-----

---- Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, nesta cidade de Estarreja, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas vinte horas e quarenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Estarreja em sessão ordinária, sob a Presidência da Senhora Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada pelos Srs. António Manuel Valente de Sousa e Arminda Paula Moutela Brandão, respetivamente, 1º e 2º Secretários da Mesa, e com a presença dos seguintes membros efetivos:---

---- **PELO GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO**

**PPD/PSD.CDS-PP:-** Tiago Miguel Valente Varum; Carlos Albérico de Amorim Alves; José Augusto Matos; José Domingos Matos Sousa; Maria Margarida Rocha e Silva; António Hilário de Matos; Vera da Conceição Santos de Almeida Gomes Silveira de Albuquerque e os Presidentes da Junta de Freguesia de Beduído e Veiros, Canelas e Fermelã e de Pardilhó, respetivamente.-----

---- **PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:-**

José Gonçalo Sarmiento Rebocho Silva e Costa; Diamantino Alberto Garrido Correia; Luísa Soares Henriques; Vladimiro Rodrigues da Silva; Nuno Mi-

guel Valente de Castro; Rui Jorge de Oliveira Pinho e Silva e os Presidentes da Junta de Freguesia de Avanca e Salreu.-----

---- **PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU-COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (PCP-PEV):-** Catarina Luísa Matos de Almeida.-----

---- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Diamantino Manuel Sabina e pelos Senhores Vereadores, Adolfo Figueiredo Vidal, João Carlos Teixeira Alegria, Carlos Augusto Oliveira Valente, Isabel Maria da Conceição Simões Pinto, Catarina de Ascensão Nascimento Rodrigues e Ricardo Jorge Lopes Fernandes.-----

---- Declarada aberta a sessão e após cumprimentos aos presentes, **Regina Bastos, Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à discussão dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, cujo teor se transcreve infra, que foi distribuída a todos os membros, em conformidade com o nº2 do Artº 53º do Anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro:-----

**1.- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.-----**

**2.- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**2.1. - Aprovação da ata nº 6, de 23 de setembro de 2019.-----**

**3.- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----**

3.1.- Apreciação de informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município e da respetiva situação financeira (alínea c), do nº 2, do Artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12/09);-----

3.2.- Discussão e votação da "Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais" (artº 6º do DL 305/2009, de 23/10);-----

3.3.- Discussão e votação da "Participação do Município de Estarreja no IRS de 2020" (alínea c), do nº 1, do Artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12/09);-----

3.4- Discussão e votação da "Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre imóveis (IMI) 2019, a cobrar em 2020" (alínea d), do nº 1, do Artº 33º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12/09);-----

3.5.- Discussão e votação do "Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2019 - Redução prevista no artº 112-A do Código do IMI (CIMI)";-----

3.6.- Discussão e votação da "Fixação das Taxas de Derrama para cobrança em 2020 - Exercício Económico de 2019" (alínea d), do nº 1 do Artº 33º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12/09);-----

3.7.- Discussão e votação da "Fixação anual da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)

2020" (alínea b), do nº 1, do Artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12/09;-----

3.8.- Discussão e votação do "Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano 2020" (alínea a), do nº 1, do Artº 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12/09);-----

3.9.- Discussão e votação da "Revogação do Plano de Urbanização do Polígono Nascente da Área de Desenvolvimento Programado - Espaço Industrial (PUPNADP-EI)";-----

3.10.- Discussão e votação do "Reconhecimento de Interesse Público Municipal na instalação e exploração de uma unidade de produção de automóveis ligeiros" (alínea k), do número 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12/09).-----

----1.- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

----Considerando que não havia público presente para intervir, a Senhora Presidente da Mesa passou para o ponto seguinte da ordem do dia.-----

---- **2.- Período de antes da ordem do dia:**-----

---- De seguida, a **Segunda Secretária da Mesa, Paula Brandão**, leu os pedidos de justificação de faltas, apresentados por, Manuel Armando Marques (PPD/PSD.CDS-PP); Hugo Daniel Matos Oliveira (PS); Lúcia Maria de Almeida Araújo (PS) e Joa-

quim Manuel da Silva Brito Mesquita (PCP), tendo sido substituídos por, Fernando Valente Pinho, João Celso da Vinha e Diana Antão Seabra, respetivamente e que se encontram presentes na sala, após verificação da respetiva legitimidade.-----

---- O membro **Joaquim Manuel Mesquita** (PCP), não foi substituído.-----

---- Pela **Segunda Secretária da Mesa, Paula Brandão**, foi lida a seguinte correspondência recebida:-----

---- E-mail do Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE), enviando um novo conjunto de informação estatística sobre o Município de Estarreja.--

---- Ofício nº 11599 da Câmara Municipal de Estarreja, datado de 22 de novembro, enviando parecer, aprovado, por unanimidade, em reunião de 21 de novembro, do Conselho Municipal de Juventude de Estarreja.-----

---- E-mail do Grupo Parlamentar Os Verdes, enviando, para conhecimento o "Projeto de Lei nº 21/XIV/1ª - Altera a Lei nº 2/2011, de 9 de fevereiro, na parte relativa à calendarização da remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos".-----

----Requerimento apresentado por Maria Cecília Cabral de Almeida Coxito, residente na Rua Edmun-

do Bettencourt, nº39, em Coimbra, solicitando que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre a "reclamação sobre irregularidades decorrentes da ampliação e funcionamento da firma "Cozinhas Província", situada na Rua da Valada, em Avanca, processo nº 28/17, da Câmara Municipal de Estarreja".-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.---

----**2.1. - Aprovação da ata nº 6, de 23 de setembro de 2019 (deliberação nº 43/2019).**-----

---- Foi dispensada a leitura da ata da reunião em epígrafe, cujo texto foi previamente distribuído por todos os Membros da Assembleia e das deliberações aprovadas em minuta, de acordo com a disposição legal que permite tal procedimento.---

---- De seguida, a Senhora Presidente da Mesa, deu a palavra ao membro Vladimiro Silva.-----

---- Interveio o membro **VLADIMIRO SILVA (PS)**, para recomendar que a ata deve transcrever apenas o essencial. Disse ainda que, na última sessão fez referência da ausência do Sr. Vereador, Adolfo Vidal e não consta da ata.-----

---- Prosseguindo, a Senhora Presidente da Mesa, colocou à votação, sem qualquer alteração proposta, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 1 abstenção de João Celso da Vinha do (PS), devi-

do ao facto de não ter estado presente na referida sessão.-----

**----3.- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----**

----Prosseguindo, a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra aos seguintes membros:-----

**---- MARIA MARGARIDA ROCHA (PPD/PSD-CDS-PP),**

Usando da palavra, referiu o seguinte: "Esta intervenção visa destacar algumas das mais recentes atividades do plano de ação da CPCJ, pela sua importância na comunidade e referir outra de igual relevância a decorrer muito em breve. No âmbito do "Programa Escolhas-Esta Integra", a comissão da CPCJ realizou no passado mês de outubro, uma sessão de esclarecimento subordinada ao tema "Absentismo Escolar", direcionado aos pais e jovens de etnia cigana, que decorreu na escola Egas Moniz, em Avanca e na Biblioteca Municipal de Estarreja. No dia 25 de outubro, decorreu na Biblioteca Municipal de Estarreja, o 1º encontro da CPCJ de Estarreja. Foi essencialmente um dia de reflexão e partilha, onde pais, professores e técnicos ficaram a conhecer melhor o impacto das perturbações do desenvolvimento e comportamento no sucesso escolar, das crianças e jovens. Refletir sobre diversas perspetivas, permite-nos estar mais atentos ao desenvolvimento dos nossos fi-

lhos, dos nossos alunos, a todos os sinais, sintomas e experiências sociais e emocionais negativas que possam afetar o seu desenvolvimento global. Permite-nos também conhecer como pais, familiares, professores, e médicos lidam com as perturbações dos jovens, com as novas formas de estar de uma nova "geração que não desliga". Em suma "Ver por Dentro...", capacita-nos a todos a sermos melhores cuidadores, protetores e facilitadores do desenvolvimento das nossas crianças e jovens. Contamos com vários painéis apresentados por prestigiados oradores: 1." Sinto-me Triste na Idade da Alegria". As mudanças e pressões vividas na adolescência, causam frequentemente nos jovens sentimentos de tristeza e perda de interesse por quase tudo, pelo que devemos estar particularmente atentos a alguns sinais de alarme. 2. Apresentação "Escola de Segunda Oportunidade". A escola segunda oportunidade surgiu como resposta ao abandono escolar e baixas qualificações dos jovens e com uma forte componente motivacional, habilita-os a construir os seus projetos de vida. 3." Dependência online - o poder das tecnologias". Reflexão sobre a extensão da dependência on-line não só dos jovens, mas também dos pais e escola e do impacto no seu desenvolvimento. 4. "Dislexia e Hiperatividade". Em que medida, dis-

lexia, hiperatividade e déficit de atenção, são a causa dos fracos resultados escolares. As estratégias a usar com estas crianças e jovens no contexto escolar e familiar. 5. "Hipnoterapia na Infância". A hipnoterapia pode ajudar os mais pequenos a enfrentar os desafios da atualidade com mais segurança e determinação substituindo o sentimento de insatisfação. 6. Apresentação do Programa "Educ@Região Aveiro". Sob o tema "O teu sucesso escolar é a nossa prioridade", a comunidade intermunicipal da região de Aveiro tem em curso este programa integrado e inovador de combate ao insucesso escolar. Este encontro contou com mais de 80 participantes, oradores e moderadores, num total de 12 convidados. Foi um dia muito especial, extremamente importante para a nossa comissão, pois a participação ativa e enriquecimento de todos os presentes foram notórios. Dado o interesse dos temas, a sua relevância e impacto na nossa comunidade, sentimos que o tempo foi escasso para o aprofundamento dos mesmos. Pela 2ª vez a CPCJ aderiu à campanha nacional "Estendal dos Direitos" e comemorou a 20 de novembro, o dia internacional dos direitos das crianças. Esta iniciativa envolveu várias organizações, cidadãos e culminou na exposição de mensagens sobre os direitos das crianças. À semelhança do ano passado,

contamos com autarcas, coletividades, associação de pais, forças de segurança locais, e claro está, com os protagonistas da iniciativa, as crianças e jovens autoras das mensagens em exibição. No dia 25 de novembro, para assinalar o "Dia da erradicação da violência contra as mulheres", será realizada pela Dr<sup>a</sup> Silvia Abreu, uma sessão de sensibilização dirigida aos alunos, de manhã na escola secundária de Estarreja e de tarde na escola de Pardilhó.-----

---- Interveio o membro **JOSÉ DA LUZ MATOS PPD/PSD-CDS-PP**), que começou por apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento de José Bento de Almeida e Silva, que nasceu em Pardilhó, no dia 17 de novembro de 1932. Para além das obras poéticas de sua autoria, José Bento destacou-se pela tradução para a língua de Camões dos grandes vultos da literatura espanhola, contribuindo, assim, para o estreitar dos laços da cultura ibérica. Foi distinguido com os seguintes prémios: Grande Prémio de Tradução do Pen Clube Português, em 2005, pela tradução de "D. Quixote de La Mancha"; Prémio Hispano-Luso de Tradução, concedido pela Junta de Extremadura; Prémio Luso-Espanhol de Arte e Cultura, atribuído pelos Ministérios da Cultura de Portugal e Espanha e Prémio de Poesia

Luís Miguel Nava, em 2013, pelo livro "Sítios". Falou ainda sobre a inauguração do monumento de "Homenagem do Município de Estarreja aos Combatentes do Ultramar/1961-1974". Foi uma guerra longa que acabou com o 25 de abril de 1974, fazendo parte da nossa história recente e muitos homens do nosso concelho passaram pela guerra. Ao inaugurar o monumento ao combatente do Ultramar, a Câmara evoca a memória de todos aqueles que passaram por África e o sacrifício pessoal que fizeram. Lembrou ainda que é importante que a Câmara promova outras atividades de divulgação sobre esta temática histórica e que em 2021 serão assinalados os 60 anos do começo da guerra colonial devendo a efeméride ser assinalada em muitos municípios do país.-----

----**VLADIMIRO RODRIGUES DA SILVA (PS)**, usando da palavra, disse que esta reunião coincide com três situações de relevo que importa referir: 1.- A excelência de vida e trabalho de José Mário Branco. Deixa obra e muita saudade. 2.- A lamentável exibição pública de forças de segurança que juntaram manifestações de má educação a ameaças e o desrespeito por um Partido de referência democrática, como é o PS, à ofensa à Pátria seja no uso do Hino Nacional para fazer política, seja ao Parlamento. Dar ostensivamente as costas a sede

nacional do PS e à Assembleia da República, cantando o hino, pode ser excelente para a extrema direita, mas é um drama para o país. É caso para se dizer que as nossas polícias metem medo. É caso para se solicitar uma palavra ao Governo e ao Presidente da República. O prestígio das polícias ficou de rastos e isso o país não precisa, nem aceita. 3.- A terceira situação foi a ausência de convite para todos os eleitos para a cerimónia dos 500 anos do Foral. No passado isto nunca poderia acontecer. Aconteceu agora. Regista-se. Por fim, Adolfo Vidal. O PSD/CDS, na Assembleia da República e na comunicação social, tem sido radical em situações análogas. Seja Sócrates, sejam Ministros e Secretários de Estado, no futebol e nos incêndios, a direita foi tremendista: exigiu demissões a todos os níveis, até a do próprio Primeiro Ministro. Aqui em Estarreja, no meu tempo, recordo Teixeira Valente e Valdemar Ramos no que a mim respeitou, sempre a direita no seu pior. Adolfo Vidal já teve nesta Assembleia algumas intervenções politicamente lamentáveis. Mas é o Vice-Presidente da Câmara. É acusado pelo Ministério Público, num País em que não faltam razões para desconfiar do Ministério Público. Não se sabe sequer se Adolfo Vidal será pronunciado judicialmente. Para mim, deve continuar no seu lugar

e só deverá deixá-lo se um dia for alvo de alguma condenação. Até lá, é inocente e como tal deve ser considerado. Apesar de politicamente estarmos nos antípodas, lamento sinceramente e profundamente a chaga que agora o marca e vai arrastar por anos. Fica também a incomodidade do PSD e do CDS, acompanhando a incoerência que quase sempre os caracteriza. Repito: Para mim, honrando o estado de direito, Adolfo Vidal continue a ser o Vice-Presidente da Câmara com toda a legitimidade.-----

----Usando da palavra **CATARINA MATOS ALMEIDA (PCP)**, referiu o seguinte: A introdução de portagens nas chamadas SCUT's, constituiu uma tremenda injustiça para as populações, dificultando a vida de inúmeras pessoas que utilizam esta via para se deslocar diariamente para o trabalho ou para ter acesso aos serviços públicos. Aqui no nosso concelho temos uma situação que se não fosse grave até seria caricata, um Estarrejense que se desloque na A29 entre Estarreja Sul e Estarreja Norte, terá de desembolsar 1€, o que chegou a ser obrigatório e poderá voltar a ser usar esta via para atravessar o rio Antuã em caso de intempéries, quando em concelhos vizinhos não se pagam pórticos dentro do mesmo concelho e até entre concelho

diferentes. Nós sabemos qual a posição do PS, PSD e CDS na Assembleia da República, e também sabemos a posição de alguns presidentes de Câmara de concelhos vizinhos, não sendo consensuais as suas posições. Agora, do presidente de Câmara do nosso Município não conhecemos o seu posicionamento. Ao longo dos últimos anos o Hospital Visconde de Salreu, tem vindo a perder valências fazendo-se prever um futuro negro, o seu encerramento. Os sucessivos governos do PS, do PSD e CDS com o apoio do executivo camarário e reforço dos dirigentes políticos locais desses mesmos partidos, retiraram o serviço de urgência deste Hospital, garantindo a consulta aberta e a construção de um novo hospital, algo que ainda não foi visto. O bloco operatório iria limitar-se à cirurgia de ambulatório, tornando-se nas melhores do país. Contudo, com o apoio do executivo camarário, foi demolido com a garantia da construção de um novo Bloco após as obras de criação da unidade de cuidados paliativos. Esta unidade foi criada e considerada de excelência, no entanto transfere-se o enfermeiro chefe especializado para outros serviços ficando a unidade com a chefia partilhada, sem especialização, diminui-se os rácios de enfermeiro por utente, não se coloca psicólogo nem técnico de serviço social e passa-se agora

até sem médico durante a noite, não só neste serviço como em todo o hospital! Se um hospital sem urgência é difícil de compreender, um hospital sem médicos é incompreensível. Hoje, estamos a passos largos do fim, pois um hospital sem valências e sem médicos mais não é que um edifício histórico, com memorial de hospital com grandes investimentos públicos num espaço que pertence à Santa Casa da Misericórdia de Estarreja, que a curto prazo irá beneficiar das mesmas para o alargamento das suas valências sem necessitar de grande investimento. Hoje como sempre, o PCP considera que o caminho que se tem vindo a traçar não é o que a população de Estarreja necessita e que garanta serviços de qualidade e de universalidade como consagra a Constituição da República. Há responsáveis! PS, PSD e CDS com o reforço do executivo camarário, são verdadeiros apoiantes e cúmplices desta vergonhosa situação a que profissionais e utentes do HVS estão sujeitos. O PCP não desistirá do nosso Hospital, do direito a uma saúde pública de qualidade."-----

----Interveio o membro **JOSÉ ANTÓNIO MARQUES (Presidente da Junta de Freguesia de Beduído e Veiros)**, para dar conta de grandes quantidades de piriscas de cigarro, das pessoas fumarem, do lado

de fora, junto ao portão da Escola Secundária de Estarreja. Disse ainda que, existe um pequeno cinzeiro, e para evitar que no final do dia os passeios não fiquem sujos o funcionário da escola deveria limpar. Referiu ainda que, deu conta ao Sr. Vereador para chamar a atenção do Diretor da Escola, da situação. Falou ainda sobre o encerramento da Extensão de Saúde de Veiros que encerrou há ano, causando grandes listas de espera nas consultas, no Centro de Saúde de Estarreja, que está a rebentar pelas costuras. Disse ainda que, foi bem executado as comemorações dos "500 anos do Foral". A finalizar, informou o colega, Presidente da Junta de Freguesia de Avanca que o apoio que manifestou sobre o encerramento da Agência da CGD, em Avanca, que até ao final do ano será encerrada a conta por parte da Junta de Freguesia de Beduído e Veiros.-----

----Interveio o membro, **GONÇALO SARMENTO COSTA (PS)**, que começou por prestar solidariedade ao momento difícil, que a Sra. Presidente da Mesa da AM, está a passar pelo falecimento do seu irmão. Em representação do Partido Socialista apresenta as suas mais sentidas condolências a toda a família pela morte de José Bento, sugerindo uma toponímia com a atribuição do seu nome a uma rua, em

sua memória. Felicitou a Câmara Municipal pela inauguração do monumento de "Homenagem do Município de Estarreja aos Combatentes do Ultramar". Por último, colocou as seguintes questões: Na última sessão da Assembleia falou sobre a recolha de lixos tipo 3, e perguntou se já está contemplado no próximo orçamento? Perguntou ainda, se já foi reconhecido o tempo de serviço dos precários admitidos. Referiu ainda que, teve conhecimento através da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que a violência doméstica tem vindo a aumentar no nosso concelho, e se foi dado apoio a estas vítimas?-----

---- Usando da palavra, **ANTÓNIO MANUEL DE SOUSA (PPD/PSD-CDS-PP)**, referiu o seguinte: A Câmara Municipal de Estarreja inaugurou no passado dia 17 um monumento homenageando aqueles que lutaram naquela que chamámos Guerra de Africa, Guerra do Ultramar ou Guerra Colonial e para os povos aí nascidos se chamou Guerra da Libertação. Esta luta que se passou entre as Forças Armadas Portuguesas e os movimentos libertadores daquelas ex-colónias nos territórios da Guiné, de Moçambique e Angola iniciou-se em 1961, mais exatamente a primeira ação foi a 15 de março desse ano em Angola, na Guiné em janeiro de 1963 e em Moçambi-

que a 24 de setembro de 1964, vindo a terminar em 27 de junho de 1974 com o anúncio pelo general Spínola do início do processo de descolonização consequência da mudança de regime acontecido com o 25 de abril de 1974. Esta mudança do rumo político acontecido em 25 de Abril de 1974 determinou o abandono precipitado da maioria dos portugueses até aí então residentes principalmente em Angola e Moçambique, muitos deles tinham sido militares que ficaram nesses territórios e ajudaram ao seu desenvolvimento, criando riqueza e melhorando as condições de vida aí investindo tudo. À ordem de retorno dos militares não se seguiu uma negociação que protegesse muitos dos nossos concidadãos e suas famílias deixando-os abandonados á sua sorte. Foram cerca de 1 milhão os que aqui chegaram e muitos mais os que rumaram a países vizinhos, especialmente à África do Sul e países remotos como a Austrália ou Brasil desiludidos com esta situação. Os que aqui chegaram encontraram uma sociedade fechada e que já vivia em dificuldades num enorme esforço e adaptação. Por outro lado, esse retorno, acabou por lhes dar um nome, mas trouxe à sociedade de então uma nova energia que acompanhada pela abertura política provocou uma modificação social que a todos beneficiou. Só este facto inovador pôde ajudar a apagar o erro

de como então foi conduzido o processo de descolonização. Contudo, desde então, sempre foi privilegiada a memória dos homens e mulheres que lutaram contra a Guerra Colonial e que o assumiram (partiu ainda esta semana uma dessas vozes José Mário Branco), e, aqueles que por motivos diferentes a evitaram, até mesmo ao serviço militar obrigatório após o 25 de abril de 1974. Foi uma opção individual que cada um assumiu, a minha limitou-se ao SMO que servi com satisfação na Armada a bordo da corveta Afonso Cerqueira recentemente abatida ao efetivo e afundada perto de Porto Santo. Foi sempre recatada e contida a lembrança e é uma injustiça não serem mais lembrados, por alguns, todos os que combateram no ultramar, conotando-os até à opção política de então, cujos mandantes foram os governantes de então verdadeiros responsáveis pela manutenção dessa luta. Quem fez o serviço militar sabe que um soldado uma vez empossado como tal serve o seu país onde lhe for ordenada a missão e tem o dever de ser um entre os muitos que estão a seu lado em prontidão, tendo consciência que a sua função envolve risco elevado podendo chegar à própria vida. É este sacrifício supremo que a CME honrou lembrando a abnegação e a dádiva de tantos. Os números que consultei no Estado-Maior General das

Forças Armadas e muitas vezes esquecidos são impressionantes: Militares incorporados - 800.000. Total de mortos-8.831. Angola-3.351. Guiné - 2.240. Moçambique - 3.136. Exército - 8.290. Força Aérea - 346. Armada - 195. Os mortos em ações de combate foram de 4.280 (48,5 %) e 4.551 (51,5%) em acidentes e doenças. Foram evacuados cerca de 30.000 feridos militares e foram feridos ou doentes mais de 100.000 dos quais originaram 14.000 deficientes físicos (5.120 com grau de deficiência maior de 60%). Estarreja dá assim um exemplo honrando a nossa história e os homens que a foram construindo. Não pode haver espaço para o esquecimento e em Estarreja essa memória colocada em monumento na presença de alguns que para lá dos seus 70 anos ainda dão testemunho vivo com orgulho. O segundo ponto que abordo hoje é sobre as eleições legislativas do passado mês de outubro onde a ideologia DC foi menos votada pelos nossos cidadãos que são soberanos na escolha. O tempo já nos ensinou que a liderança é desgastável, confundindo-se por vezes com a ideologia e nos tempos que correm tudo é muito rápido, volátil e logo ratificado nas eleições. No CDS estamos habituados a respeitar a vontade expressa nas eleições e é o que faremos, não deixando, contudo, de defender a Democracia Cristã nos sítios

apropriados, não usando na rua ou organizações exigindo uma vontade que os portugueses não expressaram. A democracia Cristã existe desde o século XIX, mais exatamente desde 1871 pelo então Bispo de Lyon afirmando-se desde logo como democrática e antagonista do absolutismo. Com o decorrer dos anos os seus valores baseados na justiça, solidariedade e liberdade, nem sempre foram aceites, tendo o PPI (Partido Popular Italiano) sido declarado ilegal em 1925 por Mussolini e foi oposição insurgindo-se na Alemanha contra o partido Nazi de Hitler com o nome de PDC (Partido democrata Cristão) criado por cristãos Bávaros. A história portuguesa do partido fundado em 1974 por Diogo Freitas do Amaral, recentemente falecido, é com certeza por vós conhecida. Afirmamo-nos como partido de direita, democrático pluralista, defensor do humanismo económico numa economia que defende o homem respeitando os valores éticos, avesso portanto ao capitalismo desenfreado praticante do "sobrelucro", defendemos a família como célula primária da sociedade e somos antagonistas do comunismo. A nossa génese perfeitamente ocidental e europeia teve uma influência política determinante na recuperação pós segunda grande guerra, juntamente com a social democracia e também mais tarde com o socialismo em liberdade. Não

estamos como possa parecer ligado à igreja até porque o Concílio Vaticano II reconheceu a liberdade e legitimidade do pluralismo para os cristãos separando decisivamente a política da religião. É, pois, neste posicionamento que nos afirmamos e as conotações que se fazem com extrema direita ou o regime salazarista não nos afetam, já que a nossa ideologia estará sempre presente e está no ADN dos portugueses em quem confiamos e que nos darão seguramente oportunidade para defendermos os nossos valores com maior ou menor representação. Também para nós os militares tiveram uma influência grande permitindo que a DC fosse congregada em partido após o 25 de abril de 1974, em liberdade e pluralismo, terminando com um totalitarismo, e ainda, permitindo que continuasse a existir noutro 25, o de novembro de 1975 evitando o totalitarismo oposto e de ideologia comunista, transformando PREC- Processo Revolucionário em Curso em Processo Constitucional em Curso com a liderança do general Ramalho Eanes."--

----Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas: Quanto às questões colocadas pelo membro Vladimiro Silva, O Presidente da Câmara disse que José Bento recebeu a Medalha de Ouro de Mérito Municipal pe-

la Câmara Municipal de Estarreja, em 1996. Relativamente à ausência de convite para todos os eleitos, para a cerimónia dos 500 anos do Foral, disse que foi enviado a todos por e-mail. No que toca à intervenção da Catarina Almeida, sobre o nosso hospital, o Sr. Presidente referiu que está a aguardar o envio da Proposta do Plano Estratégico do CHBVouga e as intenções do Conselho de Administração do CHBV. Sobre as piricas dos cigarros, junto ao portão da Escola Secundária de Estarreja, o Sr. Presidente concordou com o José António, Presidente da Junta de Freguesia de Beduído e Veiros, referindo que vai insistir junto das autoridades policiais. Sobre o atropelamento do Sr. Padre de Salreu, na passadeira da EN 109, em frente à igreja, disse que estão previstas 7 passadeiras com sinalética luminosa, sendo da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. Em relação à questão dos precários e da antiguidade, não é uma questão fácil. Estamos a seguir a opinião dos juristas e de outros municípios. Por fim, respondeu à questão colocada sobre o número de casos de violência doméstica que tem vindo aumentar no nosso concelho, começando por referir que o aumento da violência doméstica não é só no nosso concelho, mas também a nível do país. Existe não só em casais como também no namoro. Aos

alunos do 10º e 11º anos do concelho, realizaram-se Jornadas de Esclarecimentos/sensibilização sobre "Violência no Namoro".-----

---- De seguida, foi submetido a votação o **Voto de Pesar pelo falecimento de José Bento de Almeida e Silva**, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação (PPD/PSD-CDS-PP). A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, exarar um Voto de Pesar e dele dar conhecimento à Família enlutada, ao qual se seguiu um minuto de silêncio em sua memória.-----

---- **3.1.- Apreciação de informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município e da respetiva situação financeira.**-----

---- Verificando que nenhum dos membros pretendeu usar da palavra relativamente a este assunto, a Sra. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

----**3.2.- Discussão e votação da "Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (deliberação nº 44/2019).**-----

----**A Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o documento em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária nº 372/2019, de 31 de outubro de 2019, enviada, oportunamente, a todos os membros

desta Assembleia Municipal, dando de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

----Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, para dar os esclarecimentos tidos por convenientes.-----

----Usando da palavra o membro **DIAMANTINO GARRIDO CORREIA (PS)**, referiu o seguinte:- Quando vimos uma proposta de alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, pensamos que esta seria fruto do "trabalho de casa" que o Executivo se comprometeu realizar para preparar o assumir da nova Lei de Transferência de Competências para os Municípios. Não vimos o resultado dessa preparação... nem sabemos os fundamentos desta proposta de alteração. Assim, esta proposta de alteração do Regulamento dos Serviços Municipais parece-nos prematura! Não foram apresentados a esta Assembleia os critérios e os fundamentos para uma alteração de níveis de decisão e respectivos recursos humanos, suas competências e novas responsabilidades. Outro aspeto que nos parece estranho é a ausência dos pareceres das diferentes Divisões de Serviço sobre este assunto, para

dar corpo e consistência à mudança proposta, perante eventuais novas realidades e necessidades. Desde a última alteração há uns anos atrás, a percepção do Estarrejense será que tanta coisa mudou ou vai mudar no trabalho e serviço prestado pela Autarquia que já era precisa tamanha mudança? Não nos parece...! O PS é a favor da eficiência dos Serviços Camarários? Sim! Somos a favor de uma justa afetação de recursos às diferentes funções? Sim! Entendemos que esta proposta de alteração carece de uma visão estratégica mais alargada para o Município e de uma melhor avaliação da sua relação com o cidadão, enquanto entidade prestadora de Serviços Públicos. -----

---- Usando novamente da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, referiu que em 2012 com a Troika, foram impostas restrições à estrutura orgânica da Câmara Municipal, passando de 8 para 5 divisões. Esta alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais mostra os sinais claros da reestruturação necessária para 2021. Com as novas competências, entendemos ser essencial separar a cultura e eventos da educação e ação social. Nas Obras Municipais existe a separação das obras públicas e Ambiente. Temos que preparar a nossa estrutura orgânica para a realidade de hoje.-----

---- Submetido o assunto supramencionado, à votação da Assembleia Municipal, constatou-se que a mesma deliberou, por maioria dos presentes (25 membros), com 16 votos a favor (11 da Coligação PPD/PSD-CDS-PP, e 5 Presidentes de Junta: Avanca, Beduído e Veiros, Canelas e Fermelã, Salreu e Pardilhó), 8 votos contra do PS e 1 abstenção, do PCP, aprovar a **"Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais"**, conforme proposta camarária.-----

---- Prosseguindo, a Senhora Presidente da Mesa colocou ao plenário a discussão conjunta dos seguintes pontos:-----

----3.3.- **Discussão e votação da Participação do Município de Estarreja no IRS de 2020;**-----

----3.4- **Discussão e votação da Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre imóveis (IMI) 2019, a cobrar em 2020;**-----

----3.5.- **Discussão e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2019 - Redução prevista no artº 112-A do Código do IMI (CIMI);**-----

----3.6.- **Discussão e votação da Fixação das Taxas de Derrama para cobrança em 2020 - Exercício Económico de 2019;**-----

----3.7.- **Discussão e votação da Fixação anual da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)**

**2020.**-----

---- De seguida, a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra aos seguintes membros:-----

----**CARLOS ALBÉRICO ALVES (PPD/PSD-CDS-PP)**: Usando da palavra referiu o seguinte: Permita-me, Sr.<sup>a</sup> Presidente, e antes de iniciar a minha intervenção, agradecer a preocupação do Gonçalo Costa quanto ao facto de eu intervir, ou não nesta Assembleia. Quanto ao facto de não efetuar qualquer abordagem às últimas eleições legislativas, apenas gostaria de informar que já havia transmitido ao Hugo Oliveira os meus parabéns pela sua eleição, ainda antes de a eleição se concretizar. Quanto à vitória do PS, obviamente que transmito ao PS os meus parabéns por, ter conseguido voltar a ser o maior partido Nacional. Pretendo, nos termos da prerrogativa concedida em Comissão Permanente, intervir neste ponto da ordem de trabalhos, mas abordando de uma forma geral todos os pontos em discussão nesta Assembleia referentes aquilo a que chamamos "Pacote Fiscal". Ao definir os critérios para lançamento da participação do município no IRS, as taxas para o IMI, a Derrama e até mesmo a TMDP, o executivo toma opções, que irão interferir forçosamente com a elaboração do orçamento. Ora, se pretendemos mais

e maiores investimentos municipais, temos de garantir que o total das receitas previstas, são pelas menos iguais aquelas. Olhando para as diversas propostas que nos são feitas, verificamos que em termos gerais o município mantém inalterado o pacote fiscal, embora para sermos corretos, tenhamos de dizer que **os impostos municipais diminuem**. Efetivamente, a nuance que se propõe relativamente ao IMI irá beneficiar um conjunto de agregados familiares, aqueles que tenham edifícios novos ou reabilitados e que promovam a eficiência energética. É um sinal claro acerca do compromisso que este executivo tem para com as questões ambientais e energéticas. Pesquisei um conjunto de informação referente a outros municípios, e verifiquei que ESTARREJA, por exemplo, ao nível da participação no IRS, é um dos 60 municípios que menor participação tem no IRS. Apenas vislumbro 3 municípios do Distrito de Aveiro (Águeda, Mealhada e Albergaria-a-Velha) e 2 Municípios da CIRA (Águeda e Albergaria-a-Velha) que cobram menos. 175 municípios, não abrem mão da mais pequena parte dos 5 % de imposto que poderiam transferir para os seus Municípios. E, no que se refere aos outros impostos e taxas, embora não pratiquemos as taxas mínimas, somos claramente

dos municípios que menos cobram, e como tem vindo sucessivamente a ser dito pelo executivo, somos dos municípios em que o valor dos impostos por habitante tem um valor mais baixo. Como tenho sempre dito, e volto-o a repetir, existe margem para baixar algumas taxas de imposto, no entanto, o importante é que tenhamos uma politica equilibrada e que cada um de nós perceba, como claramente se tem vindo a perceber, que os impostos que paga são bem aplicados.-----

---- Interveio novamente o membro **GONÇALO COSTA (PS)**, que começou por dizer que está na hora de baixar o nível dos impostos municipais, para que Estarreja não perca mais população. Relativamente ao IRS, referiu que são a favor que se desça. No IMI a lógica é a mesma. Sobre a Derrama concorda que se mantenha. Relativamente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), referiu que é a favor que se cobre a taxa máxima, e que esse valor seja revertido para uma IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social, sendo uma sugestão do PS.-----

----Interveio **ADOLFO VIDAL (Vice-Presidente da CME)** para dar os devidos esclarecimentos às questões levantadas pelos membros da Assembleia. Respondendo ao Gonçalo Costa e à questão por ele

lançada de estar na hora de baixar o nível dos impostos municipais, porque, segundo o Gonçalo, rouba população e dinâmica a Estarreja, permite-me recordar ao Gonçalo dos dados do INE e da PORDAYA que trouxe a esta assembleia há coisa de 1 ano atrás; Estarreja perde população como Portugal perde população, a Região Centro perde população e a Região de Aveiro perde população; mas Estarreja perde população a um ritmo inferior à média nacional e da NUTIII; na Região de Aveiro, dos 10 municípios que constituem a CIM, apenas o Município de Oliveira do Bairro ganha população (residualmente, mas ganha). Nós estamos a fazer o trabalho que julgamos correto: investir na criação de emprego e na educação como factores de atratividade. Estamos a conseguir atrair empresas e estas estão a criar empregos; o mercado habitacional cresce como não se via há pelo menos 2 décadas, basta olhar em volta e ver! Só não vê quem não quer! E isto ocorre também por força desta nova dinâmica que é também alicerçada nas políticas de reabilitação urbana que implementámos em 2016. Temos equipamentos escolares de boa qualidade e vamos continuar a investir nesta área. Para conseguir manter este nível de investimento precisamos que as receitas e mantenham estáveis e a componente dos impostos municipais representa

parte importante desta equação. Dito isto, cada vez me parece menos, assim, que os impostos municipais sejam fator de escolha de quem quer vir morar para a região. Se assim fosse, o município de Aveiro, que tem os impostos (e as taxas) mais altas da região não estaria neste frenesim de investimento imobiliário que é visível. Por outro lado, nós estamos "a meio da tabela" na taxa do IMI mas na devolução do IRS cobrado, estamos bem acima da generalidade dos municípios da CIM.-----

----Seguidamente, a Sra. Presidente da Mesa, referiu que se iria dar início à votação dos assunto, fazendo a votação individualmente.-----

----Submetido o **ponto 3.3.- Discussão e votação da Participação do Município de Estarreja no IRS de 2020 (deliberação nº45/2019)**, a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria do presentes (25 membros), com 8 votos contra (PS); 17 votos a favor (11 da Coligação PPD/PSD-CDS-PP, 1 do PCP e 5 Presidentes de Junta: Avanca, Beduído e Veiros, Canelas e Ferme-lã, Pardilhó e Salreu), aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal, conforme deliberação nº 374/2019, de 31.10.2019.-----

----Submetido o **ponto 3.4.- Discussão e votação da Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre**

**imóveis (IMI) 2019, a cobrar em 2020; (deliberação nº46/2019)**, a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria do presentes (25 membros), com 8 votos contra (PS); 16 votos a favor (11 da Coligação PPD/PSD-CDS-PP e 5 Presidentes de Junta: Avanca, Beduído e Veiros, Canelas e Fermelã, Pardilhó e Salreu) e 1 abstenção do PCP, aprovar a **"Fixação das Taxas do IMI 2019, a cobrar em 2020"** conforme deliberação nº 375/2019, de 31 de outubro de 2019.-----

----Submetido o **ponto 3.5.- Discussão e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2019 - Redução prevista no artº 112-A do Código do IMI (CIMI)-(deliberação nº47/2019)**, a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria do presentes (25 membros), com 24 votos a favor (11 da Coligação PPD/PSD-CDS-PP; 8 (PS) e 5 Presidentes de Junta: Avanca, Beduído e Veiros, Canelas e Fermelã, Pardilhó e Salreu) e 1 voto contra do PCP, aprovar o **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2019**, conforme deliberação nº 376/2019, de 31 de outubro de 2019.-----

----Submetido o **ponto 3.6.- Discussão e votação da Fixação das Taxas de Derrama para cobrança em 2020 - Exercício Económico de 2019 - (deliberação nº48/2019)** a votação, constatou-se que a Assem-

bleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **"Fixação das Taxas de Derrama para cobrança em 2020 - Exercício Económico de 2019"**, conforme deliberação nº 377/2019, de 31 de outubro de 2019.-----

----Submetido o **ponto 3.7.- Discussão e votação da Fixação anual da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) 2020 - (deliberação nº49/2019)** a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria dos presentes (25 membros), com 16 votos a favor (11 da Coligação PPD/PSD-CDS-PP e 5 Presidentes de Junta: Avanca, Beduído e Veiros, Canelas e Fermelã, Pardilhó e Salreu); 9 votos contra (8 (PS) e 1 (PCP), aprovar a não aplicação em 2020 da **"Taxa Municipal de Direitos de Passagem TMDP"**, conforme deliberação nº 324/2019, de 26 de setembro.-----

----**3.8.- Discussão e votação do "Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano 2020" - (deliberação nº50/2019)**.-----

----Prosseguindo, a Sra. Presidente da Mesa apresentou o documento em epígrafe e, em seguida passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

----O Sr. Presidente da Câmara, prescindiu usar da palavra.-----

----Usando da palavra **VERA SILVEIRA ALBUQUERQUE (PPD/PSD-CDS-PP)**:-Intervenção escrita: "Para construir o orçamento de 2020, o executivo colocou-se perante o problema fundamental da ciência económica- existência de recursos escassos face a necessidades múltiplas -sendo imperioso fazer escolhas. Assim, este orçamento reflete as prioridades para 2020 desenvolvidas em 5 eixos estratégicos: 1.Desenvolvimento Urbano;2.Competitividade e inovação;3.Natureza e ambiente;4.Coesão social e cultura;5.Governação municipal. Com um total orçamentado de 18,5 M€ prevendo-se atingir os 24,7M€ com a incorporação do saldo de gerência do exercício de 2019 e o valor do empréstimo de MLP os dois primeiros eixos representam 27% deste valor e "Coesão social e cultura" com "Natureza e ambiente" abrangem 34% do mesmo. As receitas correntes cifram-se nos 14,39 M€ e as Receitas de Capital, representando 22% da Receita Total, atingem 4M€. As taxas aprovadas nos pontos 3.3, 3.4 e 3.5 beneficiarão as famílias num valor próximo do 1M€ diminuindo, no mesmo valor, a receita do município. De notar que Estarreja é o 2º município com o valor mais baixo de imposto por habi-

tante, na região de Aveiro. Do lado da despesa, as Despesas Correntes (11,7 M€) diminuem 4% face a 2019 apesar do aumento das despesas com pessoal em 1%, decorrente da integração dos "precários" e da efetivação das contratações previstas na alteração do Mapa de Pessoal aprovada em setembro de 2017. A diminuição das despesas correntes é conseguida essencialmente devido à diminuição do valor da rubrica "Aquisição de Bens e Serviços". As Despesas de Capital (6,8 M€) aumentam 8,7% relativamente a 2019. A Poupança Corrente será na ordem do 1M€. As condicionantes e restrições inerentes ao Regime financeiro das Autarquias Locais, Lei 73/2013 de 3 de setembro, estão perfeitamente acauteladas neste Orçamento: o equilíbrio orçamental (artigo 40º) o limite da dívida total (artigo 52º), não há lugar ao alerta precoce de desvios por incumprimento (artigo 56º). Verifica-se que o índice de autonomia financeira (Fundos próprios / Ativo total) é superior a 60%, que há diminuição da dívida de MLP e capacidade em gerar poupança corrente para aplicar em Investimento. É evidente a evolução positiva da sustentabilidade financeira do Município. Os últimos números do desempenho da economia portuguesa apresentados na Síntese Económica de Conjuntura, outubro de 2019 do INE, publicada a 20 de novembro, dão conta que

o PIB registou uma variação homóloga de 1,9% no 3º trimestre de 2019 e que os indicadores de atividade económica e de clima económico diminuíram. Estes dados reforçam a expectativa de abrandamento do crescimento da economia portuguesa. Neste sentido, as opções do executivo de "trabalhar no sentido de um crescimento inclusivo, inteligente e sustentável (...) para uma sociedade mais justa, mais solidária e mais coesa, atenuando as desigualdades e combatendo a exclusão social" estão perfeitamente ajustadas à realidade económica e social e o Orçamento para 2020 reflete estas opções."

----Usando da palavra **CATARINA MATOS ALMEIDA (PCP)**, referiu o seguinte: Quando aqui discutimos e aprovamos o orçamento e as grandes opções do plano, não está em causa o mérito técnico do documento, mas sim as opções políticas. As propostas significativas neste orçamento, que para além da "Fábrica da História", da requalificação da Escola de Avanca e da requalificação da Ribeira da Aldeia, resumem-se mais uma vez ao investimento no Eco-Parque, o eterno investimento no Eco-Parque e uma listagem de diversos eventos independentemente da sua maior ou menor relevância. Isto, não nos parece o suficiente para a fixação

de novos habitantes no concelho. Ora, não nos cabe a nós explicar como se fixa população, mas podemos dar uma ajuda relembrando que seguramente o encerramento de escolas, o encerramento das extensões de saúde, do serviço de urgência do hospital e de outros serviços públicos, não cativam ninguém para morar em Estarreja. É necessário um desenvolvimento sustentado e integrado que passa pela qualidade da prestação de serviços públicos desde a saúde e educação, pela recolha dos lixos, pela qualidade da distribuição de água e pelo saneamento em todo o concelho, por uma rede viária para todos, que para além dos automobilistas respeite o uso de veículos de duas rodas e os peões, por uma rede de transportes públicos que sirva de facto os Estarrejenses, por um desenvolvimento empresarial que respeite o trabalho com direitos, por um desenvolvimento com vista ao desenvolvimento económico, mas também com vista ao bem estar da população. Como é referido no relatório do orçamento, que, "apesar de não ser uma competência direta do município, importa destacar o importante investimento nas infraestruturas e equipamentos de saúde", ora se a competência não é do município, então há que exigir ao Governos os apoios necessários para as obras de requalificação da USF de Pardilhó e da extensão de saúde de

Veiros. Já a continuidade do apoio à Unidade de Cuidados Continuados Egas Moniz, que sendo uma instituição privada, nos faz questionar este apoio contínuo.-----

----Usando da palavra, o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AVANCA**, referiu o seguinte: "Quero antes de mais agradecer a solidariedade manifestada pelo senhor Presidente da União de Freguesia de Beduido e Veiros, José António, à Junta de Freguesia de Avanca, relativamente ao encerramento da CGD em Avanca. Como ex-combatente em Angola entre 1971 e 1974, desejo também manifestar o meu reconhecimento ao Senhor António Sousa, pela referência que fez aos ex-combatentes, intervenientes na guerra das antigas colónias. Sobre o Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano 2020, aqui em discussão e relativamente à inscrição de obras a realizar na Freguesia de Avanca, no mesmo perceptível que o valor previsto para o próximo ano de 2020, é bem menor do que o que foi inscrito para o corrente ano de 2019 e, bem sabendo das dificuldades e supostas prioridades do Município, espero e aguardo, que lá para abril, quando ocorrer a revisão do Orçamento, haja também um reforço destinado às Freguesias, nomeadamente à Freguesia de Avanca. Quero também, manifestar a

minha inquietação e descontentamento, por não encontrar no Plano, a intenção de realizar no próximo ano de 2020, obras de recuperação na Casa das Coletividades, onde ainda se encontra alojada e a desenvolver atividade, mas em precárias condições, a Escola de Música de Avanca. Recordo que há cerca de dez anos e de forma consecutiva, vem sendo manifestada no Plano Plurianual de Investimentos, a intenção da realização de obras de reabilitação na Casa do Gama, não se encontrando, contudo, previsto qualquer investimento para o ano 2020. Há efetivamente o valor de 5000,00€ destinados ao projeto de remodelação, mas para 2021, e os valores mais elevados estão previstos para 2022 = 200. 000.000,00€ e 150,000,00€ para 2023, investimento que se destinará à realização das tão esperadas e desejadas obras de remodelação, oxalá o edifício se aguente até lá. Dizer também, que o Plano de Investimentos da reabilitação dos Centro Cívicos das Freguesias, prevê investimentos em todos os centros cívicos das Freguesias, à exceção do Centro Cívico da Freguesia de Avanca, para o qual, há cerca de dois anos, estava previsto o reforço de iluminação pública entre outros, mas que até hoje, nada foi feito, continuamos por isso à espera! Quero fazer também referência à manifesta necessidade de

obras de ampliação no Posto Médico, digo Polo da USF de Avanca, há um ano a funcionar com esta designação, para que, quem ali desenvolve a sua profissão, possa ter melhores condições, prestar melhor serviço e dar melhores condições aos utentes, que ali recorrem. Relativamente ao centro escolar de Avanca - EBI+JI Egas Moniz, bem sabendo que que as grandes obras não são da responsabilidade do Município, preocupa-me que pouco ou nada, esteja previsto fazer no próximo ano, cujo valor inscrito no Plano é de 43,500,00€, destinado basicamente à elaboração de mais um projeto, aquisição de terrenos e equipamento. Como é do conhecimento de todos, a EB 2,3 Professor Dr. Egas Moniz há muito carece de adequada intervenção, pelo que aproveito a oportunidade, para reforçar o pedido ao Executivo da Camara e a esta Assembleia, no sentido de ser devolvidas diligências junto das entidades competentes, para que Avanca tenha o mais urgente possível a funcionar uma escola digna, com as necessárias e exigidas condições, para bem da Comunidade escolar e do ensino público. Realço, contudo, os apoios previstos para a Unidade de Cuidados Continuados. Fundação Benjamim Dias Costa, Sede do Cine Clube de Avanca, para 2022 e 2023 e as obras da rede

viária, previstas realizar em 2021, 2022 e 2023.”-----

---- Prosseguindo, a senhora Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

----**ADOLFO VIDAL (Vice-Presidente da CME)**:- Usando da palavra, referiu o seguinte: Começo por agradecer a aula de economia que a Professora Vera Albuquerque aqui nos trouxe. Portanto, sobre a explicação do orçamento, está tudo mais que bem dito e explicado pela intervenção em causa. Sobre as questões que aqui foram colocadas pela Catarina Almeida: De facto o orçamento é, ao contrário da prestação de contas um documento “politico” em que se fazem opções políticas, por isso, natural e democraticamente escrutináveis e discordáveis. Digo esta frase desde que em Dezembro de 2013 apresentei o primeiro orçamento tecnicamente sob a minha responsabilidade, mas subordinado naturalmente às opções políticas e estratégicas do executivo presidido pelo Dr. Diamantino Sabina. Dizer que “para além da Fábrica da História”, da Escola de Avanca e da Ribeira da Aldeia, o investimento se RESUME ao investimento no Eco-Parque..., está tudo dito! Desenvolvimento económico, cultu-

ra, ambiente. Educação...está cá tudo. E até a saúde com o apoio à UCC de Avanca, a disponibilidade (desde 2015) para investir no Hospital Visconde de Salreu com verbas próprias e ainda com o apoio à requalificação dos edifícios das USF do concelho consta deste orçamento. E é visível ainda nesta proposta de orçamento o apoio à economia social tanto em verbas de capital como em apoio à atividade corrente, sem cortes nem cativações! Quanto às questões relacionadas com o estado central e as suas competências para fazer o que deve, deve ser o Partido Comunista a colocar diretamente essas questões ao Governo já que o apoiou durante os 4 anos da anterior legislatura. Quanto à intervenção do Gonçalo Costa: Começo por sublinhar que muitas das explicações mais técnicas e em pormenor são dadas em sede da reunião da Comissão de Economia e Finanças, por mim próprio ou pela Dr<sup>a</sup>. Alexandra Almeida, Chefe de Divisão Económica e Financeira que ali sempre marca presença. Referiu o Gonçalo uma pretensa "falta de visão estratégica" para a área da habitação no município em sede deste orçamento e destas opções para 2020, nomeadamente para os estratos mais desfavorecidos da população. Só para lembrar as políticas que implementámos desde 2014 e que, baseadas sempre no desenvolvimento económico, au-

mentámos o âmbito de atuação dos programas Casa Melhor (duplicámos o universo de beneficiários e a verba envolvida para o programa) e Habitação Freguesias (triplicámos o universo de beneficiários e o valor despendido anualmente) e o Programa de Arrendamento Habitacional que desde 2016 já apoiou mais de 105 famílias de Estarreja. Relativamente ao passeio Sénior do passado mês de Novembro e as críticas ao mesmo, sugiro que estenda a sua crítica ao seu correligionário político, Presidente da Junta de Freguesia de Avanca que realizou um passeio sénior para os idosos da sua freguesia... Finalmente a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avanca. Confesso que estou de tal modo siderado que nem sei bem por onde começar...! Então o Sr. Presidente traz aqui um discurso de falta de investimento em Avanca neste orçamento, fazendo até uma interpretação mais extensiva à falta de investimento em Avanca desde há décadas...! Eu confesso que fiquei com dúvidas se estava a ouvir bem...ou se o Sr. Presidente terá lido o documento! Então no ano em que está inscrita em orçamento plurinual um investimento de mais de 4 milhões de euros na requalificação da Escola EB 2,3 Egas Moniz, aspiração e angústia diária dos avançanenses que, periodicamente são "assustados" com boatos sobre o

"fecho" da Escola, então num orçamento onde existe este comprometimento, apesar de não haver garantia nenhuma do governo de que o senhor é apoiante, de apoio financeiro, a Câmara decide avançar com este investimento e o senhor presidente diz que não se prevê investimento em Avanca? Ou o senhor não leu, ou leu mal o documento, ou quem o assessorou na análise ao mesmo tem algumas dificuldades de leitura. Só para ter uma noção, o montante de investimento previsto é o terceiro maior de sempre da Câmara Municipal, só ultrapassado pelo investimento no saneamento e abastecimento de água (há praticamente 20 anos) e no Eco-Parque Empresarial! E sobre o investimento em Avanca, lembro-lhe a contradição de ter dito publicamente que, no anterior mandato, finalmente se investiu de novo em Avanca. Afinal em que é que ficamos? Já agora neste orçamento para 2020 está prevista a execução do arranjo do Largo Francisco Bingre em Canelas...finalmente Canelas vai ter o seu núcleo central requalificado... Avanca já teve o seu centro cívico requalificado há mais de 10 anos!-----

---Submetido o ponto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria dos presentes (25 membros), com 16 votos a favor (11 da Coligação PPD/PSD-CDS-PP e 5 Presidentes de

Junta: Avanca, Beduído e Veiros, Canelas e Ferme-  
lã, Pardilhó e Salreu); 9 votos contra (8 (PS) e  
1 (PCP) aprovar as "**Grandes Opções do Plano e Or-  
çamento 2020**". -----

---- **3.9.- Discussão e votação da "Revogação do  
Plano de Urbanização do Polígono Nascente da Área  
de Desenvolvimento Programado - Espaço Industrial  
(PUPNADP-EI)" (deliberação nº51/2019).**-----

----Prosseguindo, a Sra. Presidente da Mesa apre-  
sentou o documento em epígrafe e, em seguida pas-  
sou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para  
que este prestasse os devidos esclarecimentos à  
Assembleia.-----

----Usou da palavra - a pedido do **Sr. Presidente  
da Câmara** - o Chefe de Divisão de Gestão Urbanís-  
tica e Territorial, **Rui Pedro Gonçalves**, para dar  
os esclarecimentos tidos por convenientes, proce-  
dendo ao enquadramento técnico da proposta de re-  
vogação do Plano de Urbanização do Polígono Nas-  
cente da Área de Desenvolvimento Programado - Es-  
paço Industrial (PUPNADP-EI).-----

----Interveio o membro **Vladimiro Silva (PS)**, para  
questionar se a proposta de revogação do plano é  
meramente técnica ou política?-----

----Usando de novo a palavra, **Rui Pedro Gonçal-  
ves**, esclareceu que a proposta da Câmara, resul-

tou de uma reunião em que os Serviços Técnicos sugeriram essa revogação do Plano.-----

----Não havendo intervenções, relativamente a esta matéria, a senhora Presidente da Mesa submeteu o assunto a votação, tendo o mesmo sido deliberado, por maioria, com 24 votos a favor e uma abstenção de Catarina Matos Almeida do (PCP), no total de 25 membros presentes, aprovar a revogação do **"Plano de Urbanização do Polígono Nascente da Área de Desenvolvimento Programado - Espaço Industrial (PUPNADP-EI)"**.-----

----3.10.- Discussão e votação do **"Reconhecimento de Interesse Público Municipal na instalação e exploração de uma unidade de produção de automóveis ligeiros" (deliberação nº52/19)**.-----

----Prosseguindo, a Sra. Presidente da Mesa apresentou o documento em epígrafe e, em seguida passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

----O Sr. Presidente da Câmara, prescindiu usar da palavra.-----

----Verificando que nenhum dos membros presentes pretendeu usar da palavra, relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Mesa submeteu o assunto a votação.-----

---- E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 24 votos a favor e uma abstenção de Catarina Matos Almeida do (PCP), no total de 25 membros presentes, autorizar o **"Reconhecimento de Interesse Público Municipal do projeto de instalação e exploração de uma unidade de produção de automóveis ligeiros no Eco Parque Empresarial de Estarreja a desenvolver pela Amazing Wheels Unipessoal, Lda."**, conforme deliberação nº 391/2019, de 14 de novembro de 2019.-----

----Por último, a Sra. Presidente da Mesa deu conhecimento que na reunião da Comissão Permanente, realizada no dia 18 de novembro de 2019, foi decidido que a próxima Sessão da Assembleia Municipal descentralizada, fosse realizada na Freguesia de Veiros. Referiu ainda que, não ignorando a questão da saúde, vai ser agendada uma visita/reunião com o Conselho de Administração do nosso Centro Hospitalar do Baixo Vouga - HVSalreu.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.---

---- Em seguida e tendo em conta o disposto nos números 3 e 4 do Artº 57º do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as deliberações em minuta, para efeitos de execução

imediata. -----

---- Não havendo mais assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos.-----

---- Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de submetida a aprovação da Assembleia, vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----